



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaipicérica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



Resolução Nº 02 de 2023

O presente Edital dispõe sobre a Abertura do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar do Município de Itaipicérica da Serra.

Edital de Abertura do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar do Município de Itaipicérica da Serra.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itaipicérica da Serra - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza as Leis Federais nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 12.696/12, alterado pela lei nº 13.824/2019, a Resolução nº N° 231, de 28 de Dezembro de 2022, expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, a Lei Municipal nº 734/1993 e suas alterações e a Lei Municipal nº 2.507/2015, **TORNA PÚBLICO** o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2028, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é regido por este Edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaipicérica da Serra.

Art. 2º A Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, pelos seguintes membros: Poder Público - Suellen Maiuze da Silva Rodrigues – representante da Secretaria Municipal dos Assuntos Jurídicos, Zilma Alves de Jesus Silva - representante da Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, Regiane Soares da Silva - representante da Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, Elilton Pires Miranda – representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Sociedade Civil: Gicélia Ribeiro dos Santos Girardelli – representante da Comunidade Missionária de Villarégia, Cristiane Moreira Gonçalves – representante da Comunidade Terapêutica Conquista, Eliane Soares Gerczewski – representante da Associação Beneficente da Criança e do Adolescente - ABCA Horas Alegres e Walter Vieira de Lima – representante da Associação de Promoção, Instrução e Serviços - APIS, conforme Resolução 01/2023 - CMDCA, é a responsável por toda a condução do processo de escolha, especialmente:

- a) receber os pedidos de inscrição e credenciar os candidatos;
- b) organizar o processo eleitoral, elaborar o edital, a prova e o curso;
- c) disponibilizar material impresso contendo orientação sobre detalhes de procedimentos das eleições ao Governo e distribuir o referido material aos trabalhadores da eleição;
- d) decidir sobre os votos em separado, quando da apuração;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



e) apreciar e julgar os eventuais recursos e impugnações.

f) Caberá a Comissão Especial notificar com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas acerca de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 3º. O processo destina-se à escolha de 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, para composição dos Conselhos Tutelares do Município de Itapeçerica da Serra, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 4º. Os Membros dos Conselhos Tutelares local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do Município, em data de **01 de outubro de 2023**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de **10 de janeiro de 2024**.

CAPITULO II – DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR:

Art. 5º. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas nos arts. 18-B, par. único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seção I – Da Remuneração:

Art. 6º. Os membros dos Conselhos Tutelares, no regular exercício de suas atribuições, faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor de R\$ 2.960,57 (dois mil e novecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos), conforme Decreto Nº 3.510 de 16 de Março de 2023, bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e auxílios alimentação, transporte e assistência médica, nas mesmas condições estabelecidas aos servidores do Poder Executivo Municipal, conforme lei Municipal nº 2640/2018.

Art. 7º. Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

I. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

II. A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaipicera da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



Seção II – Do Horário de funcionamento do Conselho Tutelar e exercício da função:

Art. 8º. Os membros dos Conselhos Tutelares exercerão suas atividades segunda à sexta - feira das 08:00 às 17:00 horas na sede, e após as 17:00 horas e finais de semana em regime de plantão, assim como a realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão.

Art.9º. O exercício da função de membro do Conselho Tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

CAPITULO III - DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA:

Art. 10. O cidadão que desejar candidatar-se à função de membro do Conselho Tutelar deverá atender as seguintes condições:

I. ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por atestados e certidões de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual e Federal;

II. ter idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação com foto;

III. residir no município há pelo menos 02 (dois) anos, comprovado por meio da apresentação de quaisquer um desses documentos: conta de água, luz, telefone fixo, declaração do Imposto de Renda Pessoa Física Ano 2023 - Calendário 2022, contrato de locação com a declaração do proprietário do imóvel onde reside o candidato, com reconhecimento de firma;

IV. possuir o ensino médio completo, comprovado por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino;

V. estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;

VI. apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);

VII. comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da criança e do adolescente há pelo menos 02 (dois) anos (registro em carteira CTPS, contrato de trabalho ou prestação de serviços, declaração de Instituição prestadora de serviços afins, assinada pelo representante legal em papel timbrado) constando breve relato das atividades exercidas.

VIII. não estar concorrendo ou exercendo cargos políticos, nem concorrer a estes no exercício do mandato de Conselheiro, salvo renúncia do mandato em tempo hábil de 06 (seis) meses antecedentes ao pleito;

IX. ser aprovado em prova de seleção a ser aplicada pelo CMDCA ou Consultoria Externa a critério deste;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapepecerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



X. ter participado de curso preparatório para conselheiros tutelares, coordenado pelo CMDCA, com frequência de 100% (cem por cento), observada regulamentação própria.

XI - Poderão participar do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar:

a) todas as pessoas que já tenham exercido a função de conselheiro tutelar e que ficaram fora do Conselho Tutelar durante o último mandato;

CAPITULO IV - DA PUBLICIDADE:

Art. 11. O processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares observará o calendário anexo ao presente Edital.

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará este Edital no sítio da Prefeitura "www.itapecerica.sp.gov.br", no link da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, publicação na Imprensa Oficial do Município de Itapepecerica da Serra, afixação na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, no Painel de Editais da Prefeitura de Itapepecerica da Serra e Prédios Públicos.

Art. 13. As demais fases do processo de escolha de membros dos Conselhos Tutelares, serão publicadas no sítio da Prefeitura "www.itapecerica.sp.gov.br" e no link da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, publicação na Imprensa Oficial do Município de Itapepecerica da Serra, afixação na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, no Painel de Editais da Prefeitura de Itapepecerica da Serra, dispondo sobre:

- a) Inscrições e entrega de documentos;
- b) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
- d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais recursos e impugnações;
- e) Dia e local da realização da prova;
- f) Relação preliminar dos candidatos aprovados na prova;
- g) Relação definitiva dos candidatos aprovados na prova, após análise de eventuais recursos;
- h) Dia e local do curso de capacitação;
- i) Relação preliminar dos candidatos capacitados;
- j) Relação definitiva dos candidatos capacitados, pós análise de eventuais recursos;
- l) Dia e locais de votação;
- m) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- n) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapepecica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n°. 2.311 de 02.05.2013



o) Termo de Posse

CAPITULO V – DO PROCESSO

Seção I – Da Inscrição dos Candidatos:

Art. 14. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo de escolha, tais como se acham definidas neste Edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento;

Art. 15. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de membro do Conselho Tutelar.

Art. 16. As inscrições ficarão abertas no período de 8:00 horas do dia **03/04/2023** às 16:30 horas do dia **02/05/2023**.

Art. 17. As inscrições serão feitas no Protocolo da Prefeitura de Itapepecica da Serra, direcionados à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho – SDSRT, localizada na Av. Eduardo Daher, 1285, Centro – Itapepecica da Serra.

Art. 18. No ato de inscrição o candidato, pessoalmente, deverá:

a) preencher requerimento, em modelo próprio que faz parte integrante deste Edital, declarando que atende as condições exigidas para inscrição e se submete às normas deste Edital, bem como optar para qual dos dois Conselhos irá concorrer;

b) o candidato com deficiência, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade;

c) apresentar original de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;

d) apresentar os documentos exigidos nos incisos do artigo 10º deste Edital;

Parágrafo único: O candidato aprovado na prova de conhecimento deverá apresentar 02 (duas) unidades de fotografia colorida, tamanho 3X4.

Art. 19. A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição;

Art. 20. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados;

Art. 21. Não será admitida inscrição por meio de procuração;

Seção II – Da Impugnação às Candidaturas:

Art. 22. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05 dias contados da publicação da relação preliminar dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



Art. 23. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação para que no prazo de 05 dias, contados a partir de sua notificação, apresente sua defesa.

Art. 24. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado.

Art. 25. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 02 dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação.

Art. 26. Da decisão da Comissão, caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da publicação do resultado da Comissão Especial Eleitoral. O Conselho se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com máximo de celeridade.

Art. 27. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados a participarem da prova de conhecimento, nos termos do artigo 13 deste Edital.

Art. 28. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados.

Seção III – Do Dia, Local e Conteúdo do Teste de Conhecimentos:

Art. 29. O Teste de conhecimentos escrito e oral ocorrerá no dia 18 de Junho de 2023, sendo das 08:30hs às 12:30hs a prova escrita e a partir das 13:30hs a prova oral, na Escola Municipal Belchior de Pontes, situada na rua São João, 47 – Centro-Itapeçerica da Serra – SP.

Art. 30. Duração da prova de conhecimento escrita: 04 horas

Art. 31. A prova escrita será constituída dos seguintes itens:

a) 30 questões de múltipla escolha (conteúdo: gramática, Constituição Federal – relacionado à criança e ao adolescente, Lei Municipal nº 734/1993 e suas alterações, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e suas alterações, SUAS, SUS);

b) 03 questões dissertativas (conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e suas alterações, SUAS, SUS);

c) Redação de no mínimo 15 linhas e no máximo 20 linhas (caso concreto).

Art. 31/A. A Prova oral será constituída de duas (02) questões orais (conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e suas alterações e questões práticas).

Seção IV – Da Pontuação, Realização da Prova e dos Aprovados:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n°. 2.311 de 02.05.2013



Art. 32. As questões objetivas valerão 1.0 (um) ponto cada, totalizando 30 (trinta) pontos.

Art. 33. As questões dissertativas valerão 2.0 (dois) pontos cada, totalizando 06 (seis) pontos.

Art. 34. As questões orais valerão 02 (dois) pontos cada, totalizando 04 (quatro) pontos.

Art. 35. A redação valerá 20 (vinte) pontos.

Art. 36. Os candidatos que tiverem a inscrição deferida pelo CMDCA, deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolado de inscrição e de documento oficial de identidade com foto.

Art. 37. Após o fechamento dos portões não será permitido o ingresso de retardatário no local da prova.

Art. 38. A prova de conhecimento escrita terá duração de 4 (quatro) horas, devendo, o candidato permanecer no mínimo, 2 (duas) horas na sala.

Art. 39. Fica desde já vedado, substituições de provas bem como o agendamento de provas com data e conteúdo diferente das mencionadas no artigo 31, alínea "a" deste edital.

Art. 40. Durante a realização da prova não poderá o candidato fazer consulta a livros ou pessoas, bem como, fica proibido o uso de aparelho eletrônico, aparelhos celulares e semelhantes, sob pena de eliminação imediata do candidato.

Art. 41. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de resposta ou devolvê-la sem assinatura.

Art. 42. O candidato não poderá levar o caderno de questões.

Art. 43. Serão considerados aprovados os candidatos que acertarem 50% (cinquenta por cento) das questões objetivas, dissertativa e oral e obtiverem nota igual ou superior a 10(dez) na avaliação da redação.

Art. 44. A divulgação das notas e dos candidatos aprovados será no dia **20 de junho de 2023**, através de listagem afixada nos termos do artigo 13 deste Edital.

Art. 45. Interposição de Recursos – Prova Eliminatória: 21 a 22 de junho de 2023

Art. 46. Análise, decisão e publicação dos recursos: 23 a 26 de junho de 2023.

Art. 47. Publicação dos candidatos habilitados: 27 de junho 2023

Art. 48. Publicação de Resolução pelo CMDCA disciplinando o procedimento e os prazos para processamento e julgamento das denúncias de prática de condutas vedadas durante o processo de escolha: 03 de julho de 2023.

CAPITULO V - DO PROCESSO ELEITORAL:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de ItaipecERICA da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n°. 2.311 de 02.05.2013



Seção I - Da reunião que autoriza a Campanha Eleitoral:

Art. 49. Em reunião própria, a Comissão Especial Eleitoral deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente:

- a) aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
- b) às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
- c) à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
- d) à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
- e) à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, codinome ou apelido etc.);
- f) à definição do número de cada candidato;
- g) aos critérios de desempate;
- h) aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140, da Lei nº 8.069/90;
- i) à data da posse.

Art. 50. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

Art. 51. O candidato que não comparecer à reunião acorderá tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelos demais candidatos presentes.

Art. 52. A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

Art. 53. Será divulgado no dia **27 de junho de 2023** a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação e o conselho tutelar para qual o candidato esta concorrendo. A publicação se dará nos termos do artigo 13 deste Edital.

Seção II - Da Candidatura:

Art. 54. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

Art. 55. É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

Seção III - Dos Eleitores:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



Art. 56. Poderão Votar os cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos inscritos como eleitores no município de Itapeçerica da Serra e tenham seu nome na lista de votação da mesa eleitoral;

Art. 57. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de documento oficial de identidade com foto e título de eleitor.

Art. 58. Cada eleitor poderá votar em até 05 (cinco) candidatos para o Conselho Tutelar Unidade 1 (Centro) e Conselho Tutelar Unidade 2 (Jacira), conforme a sua seção eleitoral.

a). Não será permitido o voto por procuração;

b) Não poderá votar o eleitor que não tenha o nome constante da lista de votação, ou que não apresente documento em conformidade com o disposto no artigo 56, bem como não será permitido à votação em seção não correspondente ao Título de Eleitor.

Art. 59. Não serão aceitos como identificação: boletins de ocorrências, certidão de nascimento, CNH sem foto, carteira de estudante, crachás, identidade funcional de natureza pública ou privada.

Seção IV - Da Campanha Eleitoral:

Art. 60. A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicada a lista referida no artigo 52 deste Edital.

Art. 61. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, internet, desde que não perturbe a ordem pública ou particular.

Art. 62. As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CREAS/CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar.

Art. 63. Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 64. Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA.

Art. 65. Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas.

Art. 66. Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste Edital aos organizadores.

Art. 67. Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este Edital.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n°. 2.311 de 02.05.2013



Art. 68. O material de divulgação das candidaturas não poderá conter nenhuma informação ou conteúdo além dos dados e das propostas do (a) candidato (a), sob pena de eliminação do processo de escolha e deverá ser submetido a avaliação da Comissão Especial Eleitoral, antes de sua distribuição.

Seção V - Das Proibições:

Art. 69. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisas, bonés, showmícios e outros meios não previstos neste Edital, exceto o previsto no artigo 60 desta Resolução

Art. 70. É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- I) entidade ou governo estrangeiro;
- II) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
- III) concessionário ou permissionário de serviço público;
- IV) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
- V) entidade de utilidade pública;
- VI) entidade de classe ou sindical;
- VII) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
- VIII) entidades beneficentes e religiosas;
- IX) entidades esportivas;
- X) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
- XI) organizações da sociedade civil de interesse público.

Art. 71. É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato.

Art. 72. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes.

Art. 73. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no artigo 13 deste Edital.

Art. 74. É vedado ao membro do Conselho Tutelar em atividade promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de ItaipecERICA da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n.º. 2.311 de 02.05.2013



Art. 75. É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato.

Art. 76. É vedado o transporte de eleitores por candidatos, fiscais e demais pessoas ligadas aos mesmos no dia da eleição, salvo se promovido pelo Poder Público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral.

Art. 77. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição (boca de urna), em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos. Nem o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção comício ou carreta.

Art. 78. É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonês, canetas ou cestas básicas.

Seção VI - Das Penalidades:

Art. 79. O candidato que não observar os termos deste Edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Especial Eleitoral.

Art. 80. As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Especial Eleitoral e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias do fato.

Parágrafo Único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

Art. 81. Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda.

Art. 82. A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Especial Eleitoral que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

Art. 83. O candidato que infringir as condições de campanha e divulgação incorrerão em multa de R\$ 500,00, (quinhentos reais) revertidos ao FUMACA.

Seção VII - Da Fiscalização:

Art. 84. O candidato poderá fiscalizar todo o processo eleitoral, sendo-lhe permitida a formulação de impugnações, que deverão ser registradas em ata pelos membros da mesa e a interposição de recursos por escrito a Comissão Especial Eleitoral.

Art. 85. É facultado ao candidato indicar 1 (um) fiscal para auxiliá-lo, o nome do fiscal deverá ser indicado à Comissão Especial Eleitoral com antecedência mínima 10(dez) dias úteis antes da data do pleito, no Protocolo Geral da Prefeitura de



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapecerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n°. 2.311 de 02.05.2013



Itapecerica da Serra, direcionado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho – SDSRT, localizado na Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285, Centro – Itapecerica da Serra - no horário compreendido entre 08:00 as 16:30 horas.

Art. 86. Os candidatos, bem como os fiscais inscritos, deverão permanecer munidos de documentos de identificação (RG, ou outro documento oficial com foto), durante o período de votação.

Art. 87. Na chegada aos locais de votação, os candidatos e os fiscais inscritos, deverão apresentar o referido documento ao Presidente da mesa Eleitoral, bem como permanecer com crachás durante a votação e apuração.

Art. 88. Haverá revezamento de fiscais nos locais de votação, controlado pelo Presidente da Mesa, sendo permitida a presença de no máximo 3 (três) fiscais diferentes em cada sala.

Art. 89. Nos locais de votação, quando necessário, os fiscais deverão reportar-se somente aos membros da mesa, sendo vedada qualquer comunicação com eleitores.

Art. 90. Os fiscais deverão zelar pelo bom andamento do processo eleitoral, mantendo a ordem e o decoro, respeitando os eleitores e os integrantes da organização.

Art. 91. O fiscal que impedir o bom andamento das eleições poderá ser retirado do local de votação pelo Presidente da mesa, que registrará a ocorrência em ata e ficará impedido de retornar ao recinto.

Art. 92. Constituem condutas que ensejam a retirada do fiscal do local de votação:

- a) tumultuar, obstar, retardar ou dificultar os trabalhos da mesa;
- b) intervir injustificadamente nas atividades que competem à organização;
- c) tratar desrespeitosamente qualquer pessoa presente na sala de votação ou nas proximidades desta;
- d) comunicar-se com os eleitores no local de votação, aproximar-se das cabinas eleitorais ou interferir de qualquer maneira na votação;
- e) não se apresentar a mesa quando de sua chegada ou não apresentar documento de identificação;
- f) portar ou distribuir material de campanha nos locais de votação, bem como em quaisquer dependências do prédio onde se realiza a votação;
- g) praticar qualquer ato de coerção na indicação de voto junto ao eleitor.

CAPITULO VII - DO PLEITO:

Seção I - Do Dia e Locais de Votação:

Art. 93. A votação ocorrerá no dia 01/10/2023, das 08:00 às 17:00 horas em locais definidos por edital da Comissão Especial Eleitoral, a ser amplamente divulgado



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Itapeçerica da Serra – CMDCA**
Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, publicado nos termos do artigo 13 deste Edital.

Art. 94. Os locais de votação contarão com a presença da Comissão Eleitoral Especial, com servidores públicos municipais designados por decreto, devidamente identificados, que auxiliarão nas atividades durante o período de votação e com a GCM para zelar pela segurança das eleições.

Art. 95. Haverá mesas eleitorais compostas de presidente, 1º e 2º mesários.

Art. 96. Não poderão compor a mesa ou trabalhar nas atividades de apoio, menores de 18 (dezoito) anos e aqueles que possuem qualquer grau de parentesco ou de relação com os candidatos. Também não podem participar da mesma mesa aqueles que forem parentes entre si.

Seção II - Da forma de Votação e da Cédula:

Art. 97. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

Art. 98. Caso a votação ou apuração eletrônicas sejam obstadas por falhas técnicas ou circunstanciais imprevisíveis, as eleições e apurações serão adaptadas ao procedimento previsto neste Edital.

Art. 99. Será utilizado no processo o voto eletrônico ou com cédula.

Parágrafo Único. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção.

Art. 100. O TRE e a Municipalidade poderão firmar convênio para que seja fornecida a listagem dos eleitores do Município de Itapeçerica da Serra, bem como as cabinas e urnas e treinamento de pessoal que trabalhará nas eleições e apuração.

Art. 101. Nas cabinas de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar.

Art. 102. Nas cédulas de votação, constarão separadamente os nomes dos candidatos que concorrem ao Conselho Tutelar Unidade 1 - Centro e os candidatos que concorrem ao Conselho Tutelar Unidade 2 - Jacira.

Art. 103. As cédulas de votação deverão estar rubricadas pelo Presidente e pelos Mesários para que sejam consideradas válidas.

Seção III - Do Presidente da Mesa:

Compete ao presidente da mesa:

Art. 104. Compete ao presidente da Mesa:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de ItaipecERICA da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



- a) comparecer ao local de votação no dia da eleição a partir das 7:00 horas e permanecer até o término da eleição e apuração;
- b) verificar a conformidade dos equipamentos e materiais na sala de votação para o qual foi designado;
 - c) orientar os mesários para o processo eleitoral;
- d) Votar e rubricar as cédulas eleitorais e demais documentos oficiais da eleição;
- e) a vista dos mesários presentes, cujos nomes, RG e endereço, serão anotados em ata, mostrar a urna de lona vazia, assinar as cédulas e em seguida dar por iniciada a eleição;
 - f) entregar a cédula carimbada, assinada e vincada;
 - g) redigir a ata de eleição considerando o início da mesma, o número de eleitores, as ocorrências que porventura venham a acontecer e o término do processo eleitoral;
- h) orientar o eleitor da possibilidade de votar em até 05 (cinco) candidatos, sendo 05 (cinco) candidatos para o Conselho Tutelar Unidade 1 (Centro) ou Conselho Tutelar Unidade 2 (Jacira), conforme a sua seção eleitoral.
- i) dar por encerrada a votação quando o último eleitor, presente até as 17:00 horas, exercer o direito de votar;
 - j) conferir o número de votantes;
- l) lacrar a urna juntamente e posteriormente lacrar em envelopes a lista de votantes e ata de eleição que serão entregues a Comissão Especial Eleitoral;
- m) determinar a retirada do fiscal que incorrer em qualquer das hipóteses previstas neste edital, registrando a ocorrência.

Seção IV – Do 1º (primeiro), 2º (segundo) mesário e dos trabalhadores de apoio:

Art. 105. Compete ao 1º (primeiro) mesário:

- a) Comparecer ao local de votação no dia da eleição a partir das **7:00 horas** e permanecer até o término da votação e apuração;
- b) Auxiliar o Presidente na verificação dos equipamentos e materiais;
- c) Verificar a documentação dos eleitores, identificar o eleitor e auxiliá-los na assinatura da lista de presença;
- d) Orientar o eleitor da possibilidade de votar em até 05 (cinco) candidatos, sendo 05 (cinco) candidatos para o Conselho Tutelar Unidade 1 (Centro) ou Conselho Tutelar Unidade 2 (Jacira), conforme a sua seção eleitoral.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Itapeçerica da Serra – CMDCA**

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



- e) Consignar em ata qualquer ocorrência em desconformidade com este Edital.

Art. 106. Compete ao 2º (segundo) mesário:

- a) comparecer ao local de votação, no dia da eleição a partir das **7:00 horas** e permanecer até o término da apuração;
- b) substituir o 1º mesário, quando este estiver ausente ou substituindo o Presidente, consignando em ata referida substituição com a identificação mediante anotação RG ou número de título de eleitores;
- c) orientar a presença dos fiscais na sessão de votação autorizando o remanejamento;
- d) verificar e orientar a circulação interna dos eleitores na sala de votação;
- e) consignar em ata qualquer ocorrência em desconformidade com este Edital

Art. 107. Compete aos trabalhadores de apoio:

- a) organizar e manter a ordem da fila de eleitores, orientando a entrada dos eleitores na sala de votação, conferindo previamente seus documentos, priorizando o acesso de idosos, gestantes, pessoas com crianças de colo e portadores de necessidades especiais;
- b) distribuir senhas aos eleitores que estiverem na fila de votação às 17:00 horas, e que tenham chegado até este horário,

Seção V - Dos procedimentos para votação:

Art. 108. O 1º (primeiro) mesário deverá verificar a documentação apresentada pelo eleitor e, estando em conformidade com o que determina o artigo 10 deste Edital, localizará o nome do eleitor na lista, fazendo com que este assine a mesma no local apropriado.

Art. 109. Os analfabetos deverão apor o polegar no local de assinatura.

Art. 110. Após a assinatura da lista, o 2º (segundo) Mesário encaminhará o eleitor para que receba do Presidente a cédula já vincada e rubricada e então será encaminhado à cabina de votação.

Art. 111. Após preenchida a cédula de forma secreta e depositado o voto na urna, o eleitor dirigir-se à a saída da sala, onde receberá de volta os documentos apresentados.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaipicera da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



Seção VI - Da Votação:

Art. 112. Cada eleitor poderá votar em até 05 (cinco) candidatos, sendo 05 (cinco) candidatos para o Conselho Tutelar Unidade 1 (Centro) ou Conselho Tutelar Unidade 2 (Jacira), conforme a sua seção eleitoral.

Art. 113. O eleitor votará em seu candidato com um "X" ao lado do nome deste no respectivo quadrilátero, ou fará de forma inequívoca outro sinal desde que dentro do referido quadrilátero.

Art. 114. Se o eleitor preencher incorretamente a cédula não poderá solicitar outra;

Seção VII - Do encerramento da votação:

Art. 115. A votação será encerrada impreterivelmente às 17:00 horas, horário em que os portões dos locais de votação serão fechados.

Art. 116. As pessoas que estiverem na fila do local de votação às 17:00 horas, receberão uma senha que será distribuída pelo Pessoal de Apoio, partindo do último para o primeiro eleitor presente, vetando-se o ingresso de novas pessoas para exercer o direito do voto.

Art. 117. Encerrada a votação, o Presidente finalizará o boletim de urna, a ata da eleição e a urna, a qual será lacrada;

Art. 118. Todo material relativo à eleição será recolhido pelo Presidente da mesa, tais como: atas, lista de votação e cédulas oficiais. Materiais que serão acondicionados em envelopes lacrados com selo próprio, rubricados obrigatoriamente pelos membros da mesa e pelos fiscais presentes.

Art. 119. Os membros da mesa assinarão a ata de eleição contendo o número total de votos, número total de cédulas quando a votação for manual, número total de votos, número de descrição das ocorrências, horário de início e encerramento da votação.

Art. 120. No caso de votação eletrônica ou manual, haverá um Presidente escolhido para receber todos os envelopes contendo os materiais dos demais Presidentes. Estando de posse do material, com as assinaturas e rubricas necessárias conduzirá tudo, acompanhado de policiamento ou Guarda Civil ao local de apuração.

Seção VIII - Da Organização da apuração:

Art. 121. A totalização eletrônica dos votos e, ou apuração manual terá início no próprio dia **01 de outubro de 2023**, após confirmação e verificação da chegada de todas as urnas no local de apuração.

Art. 122. Caso a apuração seja manual, esta será feita por uma junta apuradora.

Art. 123. No caso de apuração manual, a mesa apuradora deverá estar previamente equipada com material necessário a apuração: canetas esferográficas e



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de ItaipecERICA da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



hidrográficas vermelhas, régua, pastas, atas, planilhas de apuração e boletins de apuração.

Art. 124. No recinto de apuração ou totalização eletrônica serão permitidos, apenas os candidatos e seus respectivos fiscais, membros da Comissão Especial Eleitoral, representantes do Ministério Público, conselheiros do CMDCA e servidores públicos municipais previamente convocados.

Art. 125. Compete exclusivamente aos membros da Comissão Especial Eleitoral e, ao Ministério Público, solucionar eventuais dúvidas decorrentes dos processos de apuração, bem como, intervir de ofício no mesmo, quando constatada qualquer irregularidade na apuração.

Seção IX - Da sistematização da apuração:

Art. 126. Os trabalhos de apuração iniciar-se-ão no próprio dia 01 de outubro de 2023, obedecendo aos procedimentos a seguir estabelecidos:

- a) abertura das urnas: as urnas serão abertas sob a supervisão da Comissão Especial Eleitoral e fiscalização do Ministério Público;
- b) contagem de votos: os votos serão inicialmente contados para verificar a compatibilidade entre o número de votos indicados na ata de eleição referente à urna apurada e o número de cédulas constantes da urna;
- c) poderá haver recontagem quando se verificar incompatibilidade entre os números em questão, ocorrência essa que será solucionada a critério da Comissão Especial Eleitoral, conjuntamente com o Ministério Público;

Art. 127. Os votos serão classificados de acordo com as seguintes categorias:

- I – válidos;
- II – inválidos;
- III – nulos e;
- IV – brancos.

Art. 128. Serão considerados válidos os votos que demonstrarem de maneira inequívoca a manifestação de vontade do eleitor, bem como os votos brancos e nulos.

Art. 129. Será considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- b) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- c) que tiver o sigilo violado.

Art. 130. Os votos serão computados individualmente, por candidato.

Art. 131. O voto em branco receberá um carimbo ou etiqueta com a expressão "em branco", além da rubrica do apurador, no lugar correspondente à indicação do voto.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaipicera da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n°. 2.311 de 02.05.2013



Art. 132. O voto nulo receberá um carimbo ou etiqueta com a expressão "nulo", além da rubrica do apurador, no lugar correspondente à indicação do voto.

Art. 132. Cada urna deverá ser imediatamente lacrada após a apuração, vedada sua reabertura em qualquer hipótese.

Art.134. A Comissão Eleitoral acompanhada de policiamento, e ou Guarda Civil, levará todo o material da eleição ao local de apuração.

Art. 135. As mesas apuradoras deverão preencher os boletins de apuração, indicando o número de votantes e o número de votos para cada candidato, o número de votos brancos, nulos, válidos e inválidos.

Art. 136. Os boletins de urna deverão ser assinados e rubricados pelos componentes da mesa de apuração, devendo ser entregues a Comissão Especial Eleitoral.

Art. 137. As atas de apuração, com todas as ocorrências registradas, bem como, de todo material de apuração, indicando a totalização de votos válidos, inválidos, nulos e brancos.

Art. 138. A junta apuradora deverá preencher as planilhas de apuração. Indicando a totalização dos votos válidos, inválidos, brancos e nulos.

Art. 139. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

Art. 140. A Comissão Especial Eleitoral, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final.

Art. 141. A divulgação do resultado e de eventuais recursos serão publicadas nos termos do artigo 13 deste Edital.

CAPITULO VIII - DOS IMPEDIMENTOS:

Art. 142. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Art. 143. Estende-se o impedimento do membro do Conselho Tutelar em relação à Autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

Art. 144. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 10 (dez) primeiros lugares, sendo 05 (cinco) membros para o Conselho Tutelar Unidade 1 - Centro e 05 (cinco) para o Conselho Tutelar Unidade 2 - Jacira, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação dentro do conselho para o qual concorreu. O outro eleito



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeverica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

CAPITULO IX - DOS RECURSOS

Art. 145. Será admitido recurso quanto:

I- o deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;

II - à aplicação e às questões da prova de conhecimento;

III - ao resultado da prova de conhecimento;

VI - à eleição dos candidatos;

VII - ao resultado final.

Art. 146. O prazo para interposição de recurso será de 05 (cinco) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

Parágrafo Único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

Art. 147. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no artigo 144 e incisos deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

Art. 148. Os recursos deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura de Itapeverica da Serra, direcionados à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho – SDSRT, localizada na Av. Eduardo Daher, 1.285, Centro – Itapeverica da Serra.

Art. 149. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

Art. 150. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

Art. 151. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia).

Art. 152. Cabe à Comissão Especial Eleitoral decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 03 (Três) dias úteis.

Parágrafo Único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

Art. 153. O(s) ponto(s) relativo(s) á(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

Art. 154. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



Art. 155. Na ocorrência do disposto no artigo 144, incisos II e III deste Edital, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

Art. 156. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação prevista no artigo 13 deste Edital.

CAPITULO X - DA HOMOLOGAÇÃO:

Art. 157. Decididos os eventuais recursos, a Comissão Especial Eleitoral deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias, por meio de divulgação prevista no artigo 13 deste Edital.

Seção XI – Do Curso de Capacitação:

Art. 158. Os candidatos eleitos através do processo de escolha com a respectiva homologação estarão automaticamente convocados a participar do curso de capacitação para Conselheiro Tutelar que será realizado entre os dias **06 e 07 de novembro de 2023**, das 08 às 17 horas No Auditório José David Binsztajn – Complexo Administrativo (Prefeitura), Nº 1.135, Centro – Itapeçerica da Serra – SP.

Art. 159. O Candidato eleito deverá frequentar 100% (cem por cento) do curso de capacitação.

Art. 160. O candidato eleito só poderá se ausentar do curso de capacitação por motivo de saúde, devidamente comprovado e apreciado pela Comissão Especial Eleitoral.

Parágrafo Único. A Comissão Especial Eleitoral poderá constituir perito para análise e comprovação do documento apresentado, caso haja indícios de inveracidade.

CAPITULO X – DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO:

Art. 161. A posse dos candidatos eleitos titulares e suplentes dar-se-á ao dia 10 (dez) de janeiro de 2024, às 10 horas no Auditório do Complexo Administrativo da Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra.

Art. 162. Em caso de empate entre os 05 (cinco) primeiros candidatos eleitos para atuar dentro do mesmo Conselho Tutelar, serão utilizados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:

a) candidato com mais idade;

b) candidato que tiver maior tempo de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 163. Os candidatos eleitos suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e não poderão escolher para qual dos Conselhos Tutelares irão atuar.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de ItaipecERICA da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n°. 2.311 de 02.05.2013



Art. 164. O candidato eleito titular e suplente que não comparecer no dia da posse, fica impedido de entrar em exercício.

Art. 165. Se na data da posse o candidato eleito titular e suplente estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

Art. 166. No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de membro do Conselho Tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

CAPITULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 167. O processo de escolha para os membros do Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 20 (vinte) pretendentes devidamente habilitados.

Art. 168. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 20(vinte), o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos membros do Conselho Tutelar ao término do mandato em curso.

Art. 169. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art.170. Os artigos deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado nos termos do artigo 13 deste Edital.

Art.171. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

Art.172. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal Local.



GIÓELIA RIBEIRO DOS SANTOS GIRADELLI

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de ItaipecERICA da Serra



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Itapeçerica da Serra – CMDCA**

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



**Cronograma de Ações Para a Eleição do Conselho Tutelar
Pleito:2023/2024**

- Publicação do Edital - 31/03/2023
- Registro da Candidatura - 03/04/2023 a 02/05/23
- Análise de Pedido de registro de Candidatura – 03/05/2023 a 05/05/2023
- Publicação dos Candidatos Inscritos – 08/05/2023
- Impugnação da Candidatura - 09/05/2023 a 12/05/2023
- Notificação dos Candidatos impugnados quanto ao prazo para defesa – 15/05/2023 e 17/05/2023
- Apresentação de defesa pelo candidato impugnado - 18/05/2023 a 24/05/2023
- Análise e decisão dos pedidos de impugnação – 25/05/2023 a 26/05/2023
- Publicação da decisão dos pedidos de impugnação – 29/05/2019
- Interposição do Recurso – 30/05/2023 a 02/06/2023
- Análise, decisão e publicação do recurso – 05/06/2023 a 06/06/2023
- Prova eliminatória – 18/06/2023
- Publicação do resultado da prova eliminatória – 20/06/2023
- Recurso - Resultado da prova eliminatória: 21/06/2023 a 22/06/2023
- Análise, decisão e publicação do recurso – 23/06/2023 a 26/06/2023
- Publicação dos candidatos habilitados - 27/06/2023
- Reunião processo eleitoral – 29/06/2023
- Publicação dos locais de votação – 18/09/2023
- Eleição – 01/10/2023
- Divulgação do resultado da escolha – 02/10/2023
- Interposição do Recurso – 03/10/2023 a 09/10/2023
- Análise, decisão e publicação do recurso -10/10/2023 a 16/10/2023
- Realização do Curso / Capacitação – 06/11/2023 e 07/11/2023
- Posse dos Conselheiros – 10/01/2024



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Itapeçerica da Serra – CMDCA**

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



FICHA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra.

Ficha de Inscrição de Candidato nº _____

Nome Completo: _____

Endereço residencial: _____

Telefone: _____

Email _____

Documentos apresentados

<input type="checkbox"/> Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e Federal.	<input type="checkbox"/> Comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação com as obrigações eleitorais fornecida pela Justiça Eleitoral.
<input type="checkbox"/> Documento oficial de identificação (original e cópia).	<input type="checkbox"/> Diploma ou Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso (cópia).
<input type="checkbox"/> Comprovante de endereço, que ateste 02 anos de residência no Município de Itapeçerica da Serra (cópia).	<input type="checkbox"/> Comprovante de experiência de atuação defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (carteira CTPS, contrato de trabalho ou prestação de serviços, declaração de Instituição prestadora de serviços afins, assinada pelo representante legal em papel timbrado) (original).
<input type="checkbox"/> Título de Eleitor.	<input type="checkbox"/> Comprovante de quitação com as obrigações militares (homens).



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Itapecerica da Serra – CMDCA**
Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



Eu _____
portador(a) do RG Nº _____ e CPF Nº _____
_____, declaro que li o Edital nº 002/2023 e
que preencho todos os requisitos exigidos nele para investidura da função
de conselheiro tutelar.

Declaro ainda, que estou concorrendo no processo de escolha para atuar
no:

Conselho Tutelar I
Unidade Central

Conselho Tutelar II
Unidade Jardim Jacira

Itapecerica da Serra, _____ de _____ de 2023

(Assinatura)



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de ItaipecERICA da Serra – CMDCA

Lei Municipal - nº. 2.311 de 02.05.2013



ANEXO I

Referências Bibliográficas

ASSIS, Simone Gonçalves et al. (Orgs.). Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009. Disponível em: http://prattein.com.br/home/images/stories/230813/direitos_crianca_adolescent e/curso_conselho_tutelar.pdf

Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB – Suas 2012. Brasília/DF: 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.p df](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf) Acesso em: 26 de jun. 2019.

Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, 2007. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/idades/promotorias/pdij/Conselhos/Cria cao_Conselhos.pdf Acesso em: 23 de jun. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília/DF: Conanda, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Social. Plano Nacional de prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, 2018 Disponível em: www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacionalde-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil

Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA

Lei Municipal - n.º. 2.311 de 02.05.2013



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, Novembro, 2005.

Lei N.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações posteriores. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. _____
Decreto N.º 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Lei N.º 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações posteriores. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações posteriores. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

Capítulo II (Dos Direitos Sociais), do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais); Capítulos I, II, III e VII, do Título VIII (Da Ordem Social). In: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapeçerica da Serra – CMDCA Lei Municipal - n.º. 631 de 21.06.1991 CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008